

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.777.470 - SP (2020/0273617-8)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO GONÇALVES GOMES - SP266894**  
**MARIANA SOARES DE ANDRADE - SP367771**  
**AGRAVADO : GUSTAVO DE OLIVEIRA ASSUNÇÃO**  
**ADVOGADOS : MARIA HELENA DO PRADO - SP034597**  
**NEIDE DA SILVA GARCIA - SP097926**

**DECISÃO**

Cuida-se de agravo apresentado por AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim resumido:

PLANO DE SAÚDE COLETIVO – RESCISÃO IMOTIVADA UNILATERAL PARA QUE A DENÚNCIA IMOTIVADA UNILATERAL DO CONTRATO COLETIVO SEJA VÁLIDA É PRECISO QUE SEJAM OBSERVADOS OS REQUISITOS DA RESOLUÇÃO NORMATIVA N 1952009 DA ANS E PELO ARTIGO 1 DA RESOLUÇÃO N 19 DO CONSU NÃO HOUE COMUNICAÇÃO COM A ANTECEDÊNCIA DE 60 DIAS EM DESRESPEITO AOS BENEFICIÁRIOS QUE COMPÕEM A PARTE MAIS AFETADA EM CASOS COMO ESTE TAMBÉM FICOU DEMONSTRADO QUE A OPERADORA NÃO OFERTOU AO REQUERENTE A POSSIBILIDADE DE MIGRAÇÃO PARA PLANO INDIVIDUAL OU FAMILIAR COM MESMA COBERTURA E AUSÊNCIA DE CARÊNCIAS RECURSOS NÃO PROVIDOS.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 1.022 do CPC, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

5. A fim de afastar omissões existentes no julgamento da apelação, a agora recorrente opôs embargos de declaração suscitando tema que não foi apreciado pelo v. acórdão regional, qual seja, que a recorrente não comercializa planos na modalidade individual, bem como que não poderia então oferta-lo a recorrida (fls. 518).

Quanto à segunda controvérsia, alega violação do art. 478 do CC,

no que concerne à não comercialização de plano individual pela operadora, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

10. Logo, sob essa previsão normativa, depreende-se que a recorrente não pode ser compelida a ofertar aos apelados um plano de saúde desprovido de registro perante a Agência Nacional de Saúde Suplementar, até mesmo porque as atividades praticadas pelas operadoras fora dos planos registrados são passíveis de punição através de multa (Resolução Normativa no 124/2006 da ANS, art. 19)

[...]

13. Destarte, ao se determinar que a empresa recorrente mantenha o contrato individual, há flagrante atentado contra o direito, isto porque não há previsão legal que obrigue a ora recorrente a comercializar planos individuais e por consequência, ofertá-los -, restando, pois, configurada inequívoca ofensa ao artigo 478 do Código Civil, data venha (fls. 521-524).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente aponta violação do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015 (art. 535 do Código de Processo Civil de 1973), sem especificar, todavia, quais incisos foram contrariados, a despeito da indicação de omissão, contradição, obscuridade ou erro material.

Nesse sentido: “É deficiente a fundamentação do recurso especial em que a alegação de ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015 se faz de forma genérica, sem especificar quais foram os incisos violados. Aplica-se, na hipótese, o óbice da Súmula 284 do STF”. (AgInt no AREsp n. 1.530.183/RS, relator Ministro Marco Aurélio Bellizze, Terceira Turma, DJe de 19/12/2019.)

Em relação à segunda controvérsia, o acórdão recorrido assim decidiu:

Os beneficiários do plano rescindido possuem o direito de não se verem, de repente, privados da cobertura assistencial de que gozavam, por essa razão é que se faz necessária a oferta de plano individual com mesma cobertura e livre de carências nas hipóteses de extinção do contrato coletivo. O argumento da apelante AMIL de que não é mais possível a dispensa de prazo de carência após decorrido lapso de três anos da extinção do contrato coletivo por adesão não prospera, mesmo porque, a demanda foi proposta no mês subsequente ao encerramento do plano, em 15 de outubro de 2014 (fls. 469).

Aplicável, portanto, o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que

# *Superior Tribunal de Justiça*

as razões recursais delineadas no especial estão dissociadas dos fundamentos utilizados no aresto impugnado, tendo em vista que a parte recorrente não impugnou, de forma específica, os seus fundamentos, o que atrai a aplicação, por conseguinte, do referido enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já se manifestou na linha de que, “não atacado o fundamento do aresto recorrido, evidente deficiência nas razões do apelo nobre, o que inviabiliza a sua análise por este Sodalício, ante o óbice do Enunciado n. 284 da Súmula do Supremo Tribunal Federal”. (AgRg no AREsp n. 1.200.796/PE, relator Ministro Jorge Mussi, Quinta Turma, DJe de 24/8/2018.)

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no Resp 1.811.491/SP, relatora Ministra Regina Helena Costa, Primeira Turma, DJe de 19/11/2019; AgInt no AREsp 1637445/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 13/8/2020; AgInt no AREsp 1647046/PR, relator Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, DJe de 27/8/2020; e AgRg nos EDcl no REsp n. 1.477.669/SC, relator Ministro Antonio Saldanha Palheiro, Sexta Turma, DJe de 2/5/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente